

SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO POPULAR E AÇÃO CURRICULAR DE EXTENSÃO

Resumo

Relata-se a experiência extensionista de um dos projetos piloto dedicado à implantação da oferta e creditação de ação curricular de extensão (ACE) na graduação em serviço social. Descrevem-se as atividades e os produtos extensionistas obtidos durante o trabalho de campo presencial ocorrido entre setembro e dezembro/2019 (segundo semestre letivo de 2019) e executado pela primeira equipe de graduandos do turno noturno matriculada no 2º período de graduação no componente curricular ACE. As atividades foram executadas em uma Escola Municipal na periferia da capital alagoana, atendendo às demandas de grande pertinência social através da interação com uma (01) turma do segundo segmento de ensino de jovens, adultos e idosos (EJAI) na 6ª fase do ensino fundamental. Essa primeira incursão ACE dedicou-se a: oportunizar troca de saberes por meio do aprendizado ativo obtido com a resolução de problemas concretos e pela proposição/elaboração de produtos didáticos, promovendo a interação entre jovens (universitários e alunos EJAI – ambos os grupos formados por estudantes trabalhadores) cuja história de vida é similar para que, mediados pela Escola e pela ideia de profissionalização, aprendessem juntos. O legado dessa experiência é marcado pelo esforço coletivo em torno das diferentes fases de aprendizado/formação para qualificarmos a relação entre a expertise profissional da área de serviço social e a educação popular com as respostas necessárias às demandas advindas do ensino de jovens e adultos imersos em variadas situações de vulnerabilidades sociais.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Currículo de Graduação; Ensino de Jovens, Adultos e Idosos.

Telma Cristiane Sasso de Lima (Autora)
Vínculo Institucional: UNIVERSIDADE
FEDERAL DE ALAGOAS

Vitória Barbosa Moura de Oliveira (Autora)
Vínculo Institucional: UNIVERSIDADE
FEDERAL DE ALAGOAS

Submetido em ABR/2023

Aceito em DEZ/2023

Revisado em JUL//2024

Publicado em AGO/2024

INTRODUÇÃO

A extensão permite que a formação de graduação ocorra de modo coparticipativo no seio da sociedade civil em um processo de ensino-aprendizagem, no qual a capacitação técnica ocorre de modo socialmente referenciado em demandas comunitárias do território em qual a Instituição de Ensino Superior (IES) pertence ou naquele que deve abranger através da prestação de serviços e demais ações técnico-científicas. Nessa perspectiva, a educação popular nos permite adensar crítica e proativamente as abordagens desenvolvidas extra campus, especialmente em territórios periféricos nos quais desenvolvemos as ACE¹.

Relatamos o processo² recente de implementação da extensão como componente curricular obrigatório nas graduações das IES brasileiras, em particular no curso de graduação em serviço social. Fase na qual a revisão curricular para incorporar as ACEs exigiu novas atitudes teórico-práticas em prol da renovação nas maneiras de nos embasarmos e de adensarmos os métodos científicos, a (inter)disciplinaridade e à cooperação técnico-científica.

Especialmente nas ciências sociais aplicadas, as ACEs podem catalisar novos processos de ensino-aprendizagem quando se embasam nas práticas cotidianas e na construção dialética com o ensino e a pesquisa pois, notadamente, oferecem ambientes para a reflexão teórico-prática acerca das contradições existentes entre o momento das experiências socioculturais cotidianas, aparentemente caóticas, e aquele momento de abstração exercitado em sala de aula que prospecta novos modos de agir social e politicamente.

No serviço social, a extensão universitária torna sua expertise palpável seja aos estudantes quando os coloca em contato direto e precoce com os dilemas humanos que desaguam cotidianamente nos serviços públicos nos quais trabalhamos, permitindo-lhes a práxis; seja quando enriquece as análises docentes a partir de pesquisas fidedignas que retratam

¹ Ao tornar-se componente obrigatório nos PPC de graduação, a extensão passa a ser estratégia na concretização do princípio da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.

² Os marcos legais que registram e normatizam esse processo são: Regimento do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras de 26 de novembro de 2010; Política Nacional de Extensão Universitária de julho de 2012; e Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 7 de 18 de dezembro de 2018 que estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, regimentando o disposto na Meta 12.7 e dando outras providências.

indivíduos e coletivos em seus territórios, caracterizando melhor os indicadores de processos no estudo das relações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Na graduação em serviço social, conforme nossa experiência, a implantação da ACE pautou a função social requerida à profissão cujas maneiras de transmiti-la à comunidade foram dialogadas ao longo da redação coletiva do programa de extensão do projeto pedagógico do curso de graduação (PPC), aprovado em 2019, quando incorporamos novas ações, enfoques metodológicos e descritores de monitoramento/avaliação para a extensão. Após o término do primeiro ciclo de acreditação, foram nítidas as mudanças operadas nas maneiras de conceber e executar a extensão a partir da nossa especificidade técnico-científica.

Neste artigo, descrevemos as atividades presenciais executadas em um dos projetos piloto de oferta e creditação das ACE no período de setembro a dezembro/2019, incorporando via ensino remoto outras modalidades extensionistas durante a pandemia COVID-19 ao longo de 2020/2021. Priorizamos, aqui, apenas o trabalho e o aprendizado obtido durante a etapa presencial de execução coordenada pela primeira equipe de graduandos do turno noturno matriculada em ACE do 2º período de graduação, que foram inseridos em uma Escola Municipal na periferia da capital alagoana, atendendo às demandas de uma (01) turma do segundo segmento EJAI na 6ª fase do ensino fundamental. Na próxima seção, expomos os referenciais teóricos que fundamentaram nossa experiência extensionista.

A extensão universitária pela lente da educação popular

No Brasil, devido seu histórico político e social que sedimenta uma cultura governamental autoritária, elitista e alinhada aos interesses do capital financeiro internacional, é desafiador construir práticas educativas sob uma perspectiva libertadora embasada na educação popular: que problematiza as desigualdades através de franco diálogo histórico-crítico entre sujeitos concretos, mesmo quando mediados pelos espaços da “educação formal”, pois toda ação humana (formalmente profissionalizada ou não) no mundo (físico ou simbólico) é intrinsecamente política e desempenha função social que precisa ser direcionada para materializar caminhos de transformação nos trabalhadores como protagonistas das mudanças em ao se libertarem das vulnerabilidades e da alienação.

A Educação Popular de Paulo Freire³ referenciou a composição do projeto de extensão piloto que executou o componente curricular ACE no curso de serviço social (ciclo de oferta/creditação 2019.2 - 2020.1) cuja execução envolveu três (03) frentes de trabalho: a) proposição de ações de extensão atentas à formação acadêmica socialmente referenciada de futuras bacharéis em serviço social capazes de propor e executar ações, utilizando-se de metodologias ativas/mídias sociais para fortalecer o pertencimento territorial, catalisando os vínculos comunitários; b) construção de momentos de diálogo sobre inclusão digital com os estudantes EJAI, absorvendo suas necessidades de estudos e estimulando sua formação cidadã com a identificação de seus interesses e habilidades, debatendo os conflitos geracionais na vivência escolar, as expectativas laborais e familiares, as maneiras pelas quais enfrentam as violências etc.; e c) divulgação e proposição de parcerias para suprir as demandas dos(as) professores(as) por capacitação para uso de mídias digitais, metodologias ativas e software livre a partir dos desafios trazidos pelo isolamento social e pelo trabalho remoto com a pandemia COVID-19.

A partir dessas metas, guiamo-nos pela concepção Freireana para educar a si e aos demais de maneira política e socialmente atenta à partilha de saberes diferentes, mas não hierarquizados, no intuito de, com os indivíduos e grupos, construir e sistematizar os conhecimentos que lhes são úteis para ampliar cotidianamente o exercício de sua cidadania. Educação envolve, portanto, a construção de diálogos democráticos, problematizadores das desigualdades naturalizadas pelo senso comum, ou seja, trata-se de tecer críticas e também ação ativa e propositiva por novas práticas individuais, coletivas e institucionais (Néspoli, 2013).

Outro referencial teórico importante, encontramos na sociologia crítica de Florestam Fernandes na qual a educação é ferramenta importante no processo que permite aos trabalhadores investigar, conhecer e significar os fatos e as contradições sociais, ao passo que agem para mudar sua realidade como sujeito histórico e social (Gadotti, 1995).

³ Na década de 1960, Paulo Freire elaborou um método pedagógico de alfabetização de trabalhadores explorando, posteriormente, diferentes abordagens filosóficas sob o crivo de práticas educativas populares concretas, ampliou reflexões teórico-conceituais em prol da “educação popular”. As concepções freireanas sempre foram orgânicas às necessidades educacionais da população periférica e pobre, educativas considerando suas dificuldades socioeconômicas e político-culturais como fatores de oportunidades, ainda que também interferissem como limitadoras do acesso crítico ao conhecimento científico/formal (Gadotti, 1995).

Embasadas em Freire e Fernandes, atribuímos à formação profissional um papel humanizador porque os cidadãos não se omitem ante aos problemas sociais, econômicos, políticos e culturais do seu país e em sua época. Logo, as práticas educativas e seus resultados não são neutros e veiculam os interesses de seres humanos em posições desiguais na sociedade. O papel político formador da educação popular possibilita níveis complementares de aprendizado e conhecimentos, pois os indivíduos se educam (técnica e intelectualmente) mutuamente de modo conectado a sua realidade prática, emancipando-se gradativamente das diferentes ignorâncias (Caetano et al., 2017).

Nessa perspectiva, o ato de ensinar algo a alguém, profissionalmente, nos compromete com a transparência sobre nossas premissas ético-políticas pelas quais significamos o mundo e o agir coerente para superar os conformismos sociais, ou seja, apreender dialeticamente a função de professor e estudante, pois nenhuma dessas condições se excluem ou se limitam: o professor/educador promove a problematização ou a desconstrução do senso comum e, com os estudantes, transforma o significado e a prática educacional, desnaturalizando as justificativas governamentais sobre a falta de acesso e de oportunidades que afetam as populações periféricas brasileiras (Gadotti, 1995).

Habitualmente, significamos educação de maneira restrita: à Universidade cabe a formação intelectual/produção científica; ao ensino fundamental cabe a alfabetização; e ao ensino médio cabe o ensino técnico-profissional. No entanto, aprender e ensinar é parte de nosso cotidiano seja na escola, em casa, no trabalho, na rua, seja com a família ou com amigos. Desse modo, entendemos que a educação universitária é uma etapa complementar ao ensino básico e médio, desde que tenhamos condições concretas para estabelecermos nossos projetos de vida e de profissão.

Pela Educação Popular, o diálogo universitário extensionista envolve o debate científico e as práticas políticas envoltas nos problemas individuais/familiares “extra escola” de sujeitos sociais, ou seja, trata-se de um diálogo crítico e ativo que porta uma clara perspectiva de classe e se compromete a construir práticas educativas e institucionais superadoras da mera formação de mão-de-obra tecnicamente barata para o mercado de trabalho.

Em nossa compreensão, a Educação Popular torna-se materialmente mais nítida, hoje, através do componente ACE que transforma a maneira de atuar e de ensinar nos cursos de

graduação com foco nas demandas socialmente referenciadas, no sentido de desenvolver maneiras de levar à sociedade sua expertise seja pela: a) prestação de serviços; b) capacitação técnica em habilidades específicas; c) formação intelectual e política que organiza cotidianamente os interesses dispersos dos cidadãos que não, necessariamente, terão formação ou carreiras universitárias, mas que sempre poderão agir e decidir sobre projetos de vida e de sociedade. Caminhar na integralização de escolas cidadãs⁴, em todos os níveis de ensino, implica na mudança radical de paradigma para nossas práticas acadêmico-profissionais porque, para formarmos sujeitos protagonistas, necessitamos de um ambiente no qual seja possível dissentir, debater ideias e experiências diversas.

A práxis envolve ativamente a todos sem exceção, ou seja, os educandos fazem escolhas e propõem caminhos didático-pedagógicos, cooperando e acelerando o processo de ensino aprendizagem ao mesmo tempo em que enfrentam coletivamente suas dificuldades individuais e grupais. Significa que o aprendizado também é empírico e deve ser conectado às características subjetivo-culturais dos educandos, aos seus conhecimentos prévios e a seu pertencimento territorial (Caetano et al., 2017).

Diante disso, os sistemas de educação constituem propostas de especialização que organizam as técnicas e a produção (material e simbólica), por vezes, dicotomizam o conhecimento ao parti-lo em pedaços - especialmente após o desenvolvimento científico-industrial moderno - ainda mais empobrecido pelos princípios econômicos neoliberais da contemporaneidade.

Em nossa percepção, quase sempre o problema da aprendizagem não está na problematização do “popular” pela lógica científica, mas nas práticas de aculturação de uma classe sobre outra quando as teorias são significadas como algo superior, puro porque se separa do saber popular lido como impuro, falho etc.; e de excessiva tecnificação que valoriza apenas o aspecto técnico da formação profissional para adultos pobres, direcionando-a aos interesses sazonais de exploração do mercado de trabalho.

⁴ Referimos às experiências que remontam às décadas 1950 e 1960 cujas práticas inovadoras de alfabetização e de qualificação no ensino auxiliaram na produção teórico-metodológica a partir dos debates críticos sobre a construção da escola pública e cidadã para todos/as. Processo intensificado nas décadas posteriores que, em parte, foi regulamentado no texto Constitucional de 1988 e por tentativas de governos locais/regionais em materializar os princípios da Educação Popular nas escolas públicas (Brandão, 2002).

Conforme Freire (1987), o sentido de educação que norteou nosso projeto de extensão não a considera como um ato de depósito de conhecimentos, pois se trata de educação popular em sua condição simultânea de: a) método que unifica a existência política dos indivíduos com o sentido de formação escolar para transformar a si mesmos, o contexto das relações desiguais, as instituições, distribuindo poder; b) prática pedagógica que leva o educador a mergulhar na comunidade, conhecendo-a profunda e territorialmente, vinculando-se aos trabalhadores para, com eles, construir um percurso crítico de formação que auxilie na tomada de consciência social, política e cultural do meio que o submetem.

Nesse processo de construção de um coletivo de trabalho embasado pela educação popular, as assistentes sociais se conectam à área da Educação e ao espaço das Escolas, viabilizando o acesso aos Direitos: a) seja através da inclusão de alunos e suas famílias em políticas de assistência social compensatórias, acompanhando as condicionalidades requeridas pelos programas assistenciais que requerem às famílias assiduidade na educação escolarizada de seus filhos/as; b) seja na construção de redes intersetoriais conectando diferentes políticas e serviços públicos para atender integralmente às demandas dos segmentos sociais nas mais diversas situações de vulnerabilidade social, garantindo que o acesso à educação escolarizada afirme também a proteção dos direitos sociais de crianças, adolescentes e jovens; c) seja na constituição de processos político-organizativos que permitam ampliar o entendimento coletivo da educação como direito humano fundamental, dando densidade às práticas organizadas da sociedade civil em torno do desenvolvimento real da cidadania.

Pela extensão universitária, a graduação em serviço social é capaz de concretizar um tipo de formação profissional que não abdica do exercício da política, especialmente quando promove o assessoramento e o fortalecimento das ações de afirmação comunitárias em suas diversas formas de organização popular para disputar, partilhar e exercer o poder de maneira equânime, levando em conta a cultura e a perseverança militante em torno de atender às necessidades concretas da classe trabalhadora. Na próxima seção, expomos nosso percurso metodológico na execução da ACE.

Graduação em serviço social e extensão universitária curricularizada

Cenário de prática

As ACE do projeto piloto foram planejadas em atenção ao perfil da turma EJAI: maioria jovens com idades entre 16 a 22 anos, muitas chefes de famílias jovens, desgastadas pelo cotidiano de trabalho e por baixas perspectivas quanto a projetos de vida e de profissão/inserção laboral. Porém, também se mostrava como uma turma criativa, inquieta, inconformada e ativa que “sabia bem o que não queria fazer ou tolerar” dentro das regras e formalidades abstratas e/ou moralizantes da escola. O ponto de partida para o desenho do projeto de extensão piloto consistiu em oportunizar troca de saberes a partir do aprendizado obtido com a resolução de problemas concretos e pela elaboração de produtos didáticos. Apostamos no encontro entre jovens (universitários e alunos EJAI – ambos com perfil de “estudantes trabalhadores”) cuja história de vida é similar para que todos/as ampliassem seus horizontes de saber e de ser no mundo mediados pela Escola e pela ideia de profissionalização.

Como anteriormente assinalado, a fase da curricularização/creditação da extensão universitária ajudou-nos a suprir a necessidade de incorporar à formação profissional, no nível de graduação, o domínio de um conhecimento que só é possível acessar através de ações que se desenvolvem diretamente e imersas nas condições concretas de vida das populações que estão em áreas de grande pertinência social⁵. O processo de revisão curricular na graduação em serviço social de uma IES alagoana definiu os programas e suas respectivas ACE⁶ (projetos, cursos, eventos ou produtos) concretizarem a inter-relação entre professores, técnicos e estudantes (proponentes) com as comunidades, seus movimentos sociais e/ou as instituições

⁵ Para caracterizar as ações de extensão universitária com ênfase em áreas de grande pertinência social, consultar o Art. 2º do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

⁶ A cada oferta acadêmica para ACE, os proponentes respeitam o ciclo de 2 semestres letivos. O conjunto das propostas apresentadas e aprovadas no colegiado de graduação compõe os programas de extensão curricularizados de cada ciclo. Para integralização discente, a carga horária curricular obrigatória total (mínima) corresponde a 300 horas, divididas em 04 componentes no histórico escolar: ACE 1 - PROJETO SSO I que se desdobrará em ACE 2 - PROJETO SSO II para o 2º e 3º períodos (diurno e noturno). A partir do 7º e 8º períodos de graduação (diurno) e do 8º e 9º períodos (noturno) creditar-se-á ACE 3 – PROJETO INTERDISCIPLINAR e ACE 4 – EVENTO/CURSO/PRODUTO, absorvendo as ações extensionistas interdisciplinares existentes nos grupos de pesquisa e extensão da Unidade, bem como validando a carga horária cursadas pelos discentes em outros cursos de graduação (Lima & Nascimento, 2019).

públicas. Através dessas parcerias seriam desenvolvidas atividades conforme o conhecimento específico de sua área, mas também exercitando a interdisciplinaridade, a interação dialógica, a intersetorialidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão com ênfase na concretização de mudanças na formação social discentes atentas a novos perfis profissionais que adensem processos de transformação social (Ministério da Educação, 2012).

O plano de atividades discentes que construímos para um dos projetos piloto ACE foi apresentado no planejamento semestral do colegiado de graduação, sendo aprovado foi registrado pela professora coordenadora nos sistemas acadêmicos vigentes para aferir aproveitamento acadêmico aos discentes matriculados, legitimidade às parcerias e certificação aos participantes e colaboradores extra campus.

A matrícula discente ocorreu por adesão ao projeto de extensão cujo programa de atividades fora divulgado pela coordenação de graduação antecipadamente. Logo, de partida, a equipe discente sabia que teria muito trabalho, mas seria muito motivada e protagonizaria a construção de novos caminhos, em particular aqueles relacionados à educação popular, metodologias ativas e tecnologias digitais.

Metodologicamente significou a apropriação das bases teórico-conceituais necessárias à estruturação da ACE pelos graduandos em serviço social que ocorreu simultaneamente com a execução, absorvendo inspirações e iniciativas inovadoras em prol da interlocução constante entre os diferentes sujeitos institucionais envolvidos.

METODOLOGIA

Nosso percurso ACE envolveu diferentes movimentos metodológicos:

1º movimento (planejamento participativo): formalização da parceria extensionista entre o curso de graduação e a Escola Municipal que fora estabelecida: a) após as visitas institucionais para dialogar sobre a proposta de extensão, avaliando o interesse e a pertinência da extensão para a equipe escolar ao passo que mapeamos o ponto de vista da gestão escolar sobre os dilemas educacionais e o perfil estudantil EJAI; b) inserção nas atividades de planejamento escolar, de modo a proceder a escuta do ponto de vista dos professores sobre o perfil discente EJAI e para análise da pertinência dos objetivos priorizados no projeto de extensão: estímulo ao

aprendizado ativo, à inclusão digital e apoio/orientações à construção de novas posturas estudantis enfocando projetos de vida. Após essas reuniões definiu-se que, a partir de setembro/2019, as/os estudantes de graduação executaram ações extensionistas com uma (01) turma do segundo segmento EJAII: estudantes concluintes do ensino fundamental e que, segundo os professores, apresentavam “comportamentos inadequados que interferiam no fluxo de aprendizagem da turma”; c) por fim, uma (01) roda de conversa para escutarmos as expectativas dos estudantes EJAII, apresentado os graduandos de serviço social. Foi um encontro repleto de recepção e curiosidade.

2º movimento (interação e vínculo): a construção de vínculos com alunos EJAII ocorreu através de encontros semanais sempre descontraídos, mesclando projeção audiovisual e atividades escolares tradicionais para refletir sobre projeto de vida e sua relação com a escola e com o trabalho⁷. As parcerias/metapas de estudos foram partilhadas e personalizadas conforme as necessidades dos alunos EJAII, preservando o diálogo e a liberdade de escolha, inclusive para recusarem a participar das atividades que ocorriam no horário no qual havia “falta de professores”.

3º movimento (organização da equipe extensionista para a execução): a execução semanal das atividades fora personalizada conforme demanda escolar, utilizamos a técnica de rotação em estações de aprendizagem para experimentar funções diferentes em campo a cada quinzena. A dinâmica de ensino-aprendizagem ocorreu através da “formação em serviço”: aprendizado em ato e em relação na qual experimentam-se as técnicas de planejamento participativo e todos os envolvidos são estimulados a mapear e a compreender suas necessidades concretas de aprendizagem ao mesmo tempo que propõem formas criativas de acesso: a) ao uso de metodologias ativas mediadas (ou não) por tecnologias digitais; b) à incorporação da linguagem de software e licenças de uso livres; c) ao networking universitário através da participação da equipe escolar em atividades extensionistas e demais cursos ofertados por diferentes áreas universitárias etc; d) ao uso de softwares livres e de recursos audiovisuais para ampliar a reflexão crítica dos dilemas cotidianos, promovendo momentos de estudos coletivos para que a comunidade escolar possa refletir sobre suas fortalezas e oportunidades para

⁷ O material audiovisual utilizado: mini-doc “Medo de sobrar, medo de sonhar” e a “Animação Alike: Reflexões sobre sistema de Educação e sistema de Trabalho”, ambos disponíveis para acesso via plataforma Youtube.

enfrentar seus problemas, produzindo conteúdos, registros técnicos, acervos e compartilhando experiências em repositórios didáticos Open Access conforme licenças Creative Commons.

A organização teórico-prática da equipe de graduação responsável pelo projeto de extensão implicou em diferentes níveis e esforços para desenvolver interlocuções a partir de um processo de ensino-aprendizagem híbrido e crítico com uso de metodologias ativas e de tecnologias digitais como meios para promover inclusão digital e estimular a construção/personalização de projetos de aprendizado, conectando o ensino escolar às metas individuais, profissionais e sociais. Enfrentamos inúmeros problemas, contornados com a adaptação de metodologias conforme recursos próprios disponíveis.

4º movimento (dinâmica de execução): as ações veiculadas valorizaram as demandas que importam aos sujeitos, sem subjugar-los em processos alienantes e desumanizados, especialmente quando se trata da mediação de conhecimentos para a composição de perfis profissionais críticos no qual o trabalho cumpre função social e também porta potencialidades criativas individuais como expressão de identidades coletivas e de organização sociopolítica. Parece-nos que conseguimos nos apropriar da didática de liberdade de Paulo Freire (1984, p.05) na qual a “pedagogia do oprimido é, pois, liberadora de ambos”. Na sequência, descrevemos as principais atividades por estação de aprendizagem e parte dos resultados qualitativos alcançados na interação com os alunos EJAI:

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS POR ESTAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Na 1ª estação aprendizagem as atividades foram: a) rodas de conversa para apresentação das dinâmicas praticadas quinzenalmente com a turma EJAI; b) registro didático pelos graduandos, avaliando a melhor forma de executar o planejado, reunindo recursos e estabelecendo parcerias de trabalho; c) criação de canais de interação com a turma EJAI (grupo de WhatsApp; canal do Youtube; tutoriais para acesso ao sistema de atividades de extensão (SIGAA) etc.; d) registro do aprendizado de graduação na ACE através de diário de campo transformado em Blog⁸ do projeto, ampliando o acesso e a divulgação das atividades e das

⁸ Diário de campo digital/blog, link de acesso: <https://projaprenderaaprender.blogspot.com/>

metodologias utilizadas, bem como a interação comunitária. Resultados (alunos EJAI): utilizando técnicas de planejamento participativo, a turma foi capaz de se perceber ouvida e incluída nas decisões e atividades pensadas e executadas com foco nas suas iniciativas. Houve aumento de confiança com a percepção, de cada aluno, acerca de seu acervo de conhecimento e de sua capacidade em desenvolver as atividades escolares com foco nas suas metas de vida. Os encontros tornaram-se, gradualmente, espaços de aprofundamento de vínculo entre a equipe de extensão e a turma EJAI com muitas trocas de experiências e partilha de dificuldades comuns de aprendizagem.

Na 2ª estação de aprendizagem as atividades envolveram: a) proposição de tarefas interativas e oficinas de estudo para mobilização da turma EJAI, dialogando sobre outras maneiras de aprender, fugindo do normativo das aulas tradicionais. O uso da técnica de estudos Pomodoro auxiliou no foco e na concentração durante o tempo de aula, reconhecendo o intervalo como necessário para sedimentar a aprendizagem. b) demonstração do aprendizado através da elaboração de produtos didáticos como: cordéis, paródias e músicas para o Dia da Consciência Negra elevou a compreensão acerca da herança histórica de lutas dos pobres pretos em Alagoas, bem como sua influência na formação do Estado; c) oficina de cadastro e de apresentação do SIGAA, divulgando os cursos de extensão gratuitos ofertados pelas diferentes áreas do ensino universitário e voltados para diferentes perfis de interesse; c) roda de conversa mediada por profissional da Saúde (psicólogo) convidado para reflexão, através de técnicas de autorreconhecimento e diálogo, sobre os sonhos de profissionalização latentes e daqueles que foram deixados de lado. Resultados (alunos EJAI): foi visível o aprendizado coletivo e a troca experimentada. A turma conseguiu se formar e manifestou novas perspectivas para seguir com os estudos no ensino médio. Tornaram-se capazes de novos diálogos, amadurecendo diante do dissenso e do conflito porque passaram a não negar as diferenças, mas a conversar sobre as responsabilidades estudantis numa etapa da vida na qual a Escola é também um projeto individual e não apenas obrigação.

Na 3ª Estação de aprendizagem as atividades implicaram no a) planejamento com a equipe escolar de visita guiada na Bienal do Livro de Alagoas; b) organização das condições de traslado e deslocamento nos espaços da Bienal; c) oficina de divulgação das atividades previstas (palestras, shows, mostras etc.), formando grupos de monitoria para acompanhar os

diferentes interesses dos alunos visitantes; d) mobilização das turmas EJAI, pois a maioria não sabia que o evento era gratuito e, devido ao baixo acesso à internet, sequer sabiam a diversidade de atividades programadas; e) monitoria por grupos da visita na Bienal com visita ao Museu da Imagem e do Som e diálogo sobre a história do bairro Jaraguá e de sua importância na formação sociopolítica de Alagoas; f) respeito e estímulo à liberdade de escolha e de trânsito dos alunos EJAI na Bienal, aprendendo de forma múltipla/diversa. Resultados (alunos EJAI): a visita guiada na Bienal do Livro impactou a percepção dos alunos: foram informados de que a Universidade pública era a organizadora das atividades, mudaram a ideia de que se tratava de Evento privado e elitista sem acesso amplo e gratuito às pessoas residentes nas periferias. Foi grande a troca de conhecimento, incluindo aos graduandos que guiaram os alunos EJAI também na compra de um livro/cada (benefício garantido pela Secretaria Municipal de Educação através de voucher individual no valor de R\$15,00) escolhido conforme seus interesses de leitura e/ou das necessidades escolares e familiares.

CONCLUSÃO

A compreensão crítica do papel da escola e do conhecimento na formação política da nossa cidadania significa que decidimos estudar para mudar a nossa realidade e para participar ativamente das decisões políticas da nossa comunidade/cidade/país porque a Escola tem significado histórico no desenvolvimento das relações humanas, da ciência e desta com a nossa formação cidadã. A extensão universitária como catalisador do processo de reflexão sobre a função da escola implicou pensá-la em relação com nossos próprios projetos de vida.

O aprendizado acadêmico através da ACE permitiu estímulos precoces (2º período de graduação) direcionados aos graduandos quanto a maior reflexão entre o acúmulo teórico crítico produzido pelo serviço social conforme suas bases ético-valorativas e sua conexão coerente com a práxis da Educação Popular, antecipando preocupações teórico-práticas que apenas seriam qualificadas na fase de estágio curricular obrigatório. Longe de ser um problema, essas preocupações permitiram aos graduandos canalizarem suas energias e conhecimentos teóricos iniciais sobre, incorporando-os no aprendizado a experimentação técnico-profissional para:

- desenvolver novas posturas de corresponsabilidade técnica e de protagonismo na tomada de decisões metodológicas (papel de proponente/idealizador e não apenas de executor/cumpridor de ordens externas), experimentando e adquirindo novas habilidades técnicas e didáticas;

- refletir sobre as particularidades das ações profissionais de assistentes sociais na Educação com atenção às demandas do ensino de jovens e adultos.

- aprender continuamente e em parcerias horizontais, cooperando e corresponsabilizando-se em todo o processo, ou seja, aprendendo juntos sobre: 1) as melhores formas/técnicas para administrar os estudos, conteúdos por matéria/disciplina e as atividades de reforço e de reflexão em grupo; 2) a traduzir seu aprendizado em produtos didáticos concretos, gerando acervos para si e para os outros colegas; 3) partilhar as habilidades individuais, envolvendo-se com as dificuldades de aprendizagem de seus colegas; 4) pesquisar e experimentar novas técnicas de ensino-aprendizagem, com base na neurociência, desmitificando práticas ineficazes de aprendizado, desenvolvendo novas posturas ao estudar, respeitando os limites do corpo e a necessidade de pausas;

- descobrir e acessar diversas outras atividades de ensino e extensão organizadas pela universidade: aos graduandos o acesso ao networking universitário lhes deu suporte técnico no desenvolvimento das tarefas de extensão e no alcance de suas metas de aprendizado, dando-se conta que pouco haviam explorado os serviços universitários. Nessa interação interdisciplinar: ampliaram conhecimentos sobre o uso das mídias digitais e outras ferramentas tecnológicas; ampliaram as propostas para viabilizar a inclusão digital para si e para os alunos EJAI, bem como divulgaram à equipe escolar os cursos de qualificação disponíveis gratuitamente (ex: cursinho pré-vestibular; curso de línguas; formação para professores etc.).

- incorporar as técnicas de planejamento participativo no cotidiano da vida universitária, exercitando as fases de proposição, execução, monitoramento e avaliação do trabalho e sobre a divisão de responsabilidades para “aprender em serviço”: preparação teórica com foco nas necessidades técnicas em ato, revisão de abordagens, autoavaliação do processo, ou seja, quebra das rígidas premissas etapistas, admitindo os erros e dificuldades para reconhecer a dinâmica científica de vigilância epistemológica necessária à fase de execução que permite revisar o planejado e as escolhas teóricas iniciais. Sob orientação, os graduandos exercitaram

responsabilidade técnica no desenvolvimento de ações, compreendendo que: é parte do exercício profissional de assistentes sociais buscar por políticas públicas para incluir às demandas dos segmentos populacionais aos quais atendem, ou cooperar intersetorialmente na construção de redes que supram as carências ou falhas de atenção e cuidado existentes entre as políticas sociais quando executadas isoladamente etc.;

Pareceu-nos importante tratar, neste relato de experiência, da extensão universitária a partir das lentes da Educação Popular que nos auxilia na realização de um exercício profissional comprometido com a classe trabalhadora no enfrentamento das diferentes vulnerabilidades sociais e violações de Direitos, principalmente porque, após 101 anos de seu nascimento, os ensinamentos de Paulo Freire são necessários, factíveis e nos auxiliam na mudança da ação de homens e mulheres para que sob ética humanista mudem as instituições e as relações em sociedade.

Agradecimentos

À professora coordenadora do projeto de extensão por sempre acreditar em seus alunos, à turma de graduação por dividir e acrescentar muito nessa jornada, à equipe da escola municipal e às/aos alunas/os EJAI da 6ª fase turma 2019 que nos acolheram com generosidade.

Contribuição de cada autora

Juntas, as autoras planejaram o artigo e definiram a forma de expor o conteúdo, revisando o texto final. A primeira autora foi monitora ACE no projeto piloto, atualmente cursa o 6º período da graduação em serviço social e está em estágio curricular obrigatório na escola onde o projeto piloto ocorreu e se capilarizou em novas e múltiplas modalidades ACE. A segunda autora é professora/coordenadora do projeto de extensão, segue com orientação ACE no mesmo cenário de práticas desde 2019.2.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. (2003). O Que é Educação Popular. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense.

_____. (2006). O que é Método Paulo Freire. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense.

CAETANO, M. et al. (2017) Paulo Freire e Florestan Fernandes: diálogos necessários sobre a democracia e a escola cidadã. Revista Eletrônica do Mestrado de Educação Ambiental PPGEA/FURG-RS, pp. 40-59. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/remea/article/download/6892/4530>

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). (2012) Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: UFAM, 2012. 40p. Recuperado de <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>

_____. (2007) Extensão Universitária: organização e sistematização. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: COOPMED, 112p. Recuperado de <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Organizacao-e-Sistematizacao.pdf>

FREIRE, P. (1984). Educação como prática da liberdade. Editora Paz e Terra.

_____. (1987) Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GADOTTI, M. (1995). Pedagogia da práxis. São Paulo: Cortez.

LIMA, T. C. S. de; & NASCIMENTO, S. M. do. (2019) Programa de Extensão Curricular da Faculdade De Serviço Social. Revista Eletrônica Extensão em Debate 6(5). Edição Especial “Curricularização da Extensão na Universidade Federal de Alagoas”. Maceió: UFAL. Recuperado de <https://www.seer.ufal.br/index.php/extensaoemdebate/article/view/9314>

Ministério da Educação e Cultura (MEC). (2012). Resolução N° 2, de 15 de junho de 2012. MEC: CNE.

_____. Lei Federal N° 12.711, de 29 de agosto de 2012. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm

_____. (2012) Decreto N° 7.824, de 11 de outubro de 2012. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm

_____. (2012) Portaria Normativa MEC n°. 18, de 11 de outubro de 2012. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf

NÉSPOLI, J. H. S. (2013) Paulo Freire e Educação Popular no Brasil contemporâneo: Programa MOVA-SP (1989 – 1992). Revista Educação Popular 12(1). Uberlândia: UFU. Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20327>